



EDUCAÇÃO ESPECIAL, O LONGO CAMINHO: da antiguidade aos nossos dias.

Alexandre Assis Tomporoski¹

Vivian Lachman²

Ernani Bortolini³

RESUMO: O objetivo deste artigo consiste em analisar o caminho percorrido pela educação especial, desde a Antiguidade até a atualidade. Sob este enfoque, a evolução do processo de inclusão da pessoa com deficiência perpassa quatro fases bem definidas: a fase da exclusão; da segregação; da integração e da inclusão. Na Antiguidade, prevaleceu a absoluta exclusão da pessoa com deficiência. Com o surgimento do Cristianismo, as pessoas com deficiência passaram a ser percebidas como merecedoras de cuidados e atenção especial, não obstante sua marginalização. Na Idade Média, embora tivessem começado a escapar do abandono, permaneceram à margem da sociedade, necessitando da caridade humana para sobreviver. No decorrer da Idade Moderna, o advento do método científico suscitou novas concepções sobre a deficiência, que passou a ser interpretada como um infortúnio natural. No início da Idade Contemporânea, as instituições principiaram a se preocupar com sua escolaridade. Contudo, somente em 1990, durante a Conferência Mundial de Educação Para Todos, afirmou-se a garantia dos direitos fundamentais na área de educação, independentemente das particularidades de cada criança atendida. No Brasil, o processo de inclusão das pessoas com deficiência principiou no século XIX, entretanto, somente a partir de 1993, iniciou-se movimentos em favor da inclusão escolar. Convém salientar que o Estado de Santa Catarina, ainda na década de 1950, implementou serviços de educação especial na rede regular de ensino. Conclui-se que a compreensão desse contexto histórico permite aprofundar conceitos e novos aspectos que permeiam a educação especial na atualidade.

Palavras-chave: Educação Especial; História; Inclusão

ABSTRACT: The purpose of this paper is to analyze the path taken by special education from antiquity to the present day. In this light, the evolution of the process of inclusion of people with disabilities goes through four well-defined phases: the phase of exclusion; of segregation; integration and inclusion. In antiquity, the absolute exclusion of people with disabilities prevailed. With the emergence of Christianity, people with disabilities began to be perceived as deserving of special care and attention, despite their marginalization. In the Middle Ages, although they had begun to escape abandonment, they remained on the fringes of society, needing human charity to survive. Throughout the Modern Age, the advent of the scientific method has given rise to new conceptions of disability, which has been interpreted as a natural misfortune. At the beginning of the Contemporary Age, institutions began to worry about their schooling. However, only in 1990, during the World Conference on Education for All, was the guarantee of fundamental rights in the field of education affirmed, regardless of the particularities of each child attended. In Brazil, the process of inclusion of people with disabilities began in the nineteenth century, however, only from 1993 onwards, movements in favor of school inclusion began. It should be noted that the State of Santa Catarina, in the 1950s, implemented special education services in the regular school system. It is concluded that the understanding of this historical context allows to deepen concepts and new aspects that permeate the special education in the present day.

¹ Doutor em História pela UFSC. Professor Permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC). E-mail: alexandre@unc.br

² Graduada em Pedagogia pela UnC. Especialista em Educação Especial. Diretora de Anos Iniciais da Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas (SC). E-mail: vivianlachman.educ@gmail.com

³ Graduado em Direito (Univali). Mestre em Desenvolvimento Regional (UnC). E-mail: ernani@unc.br



Keywords: Special Education; History; Inclusion

INTRODUÇÃO

A educação especial proporciona condições para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade em que convivem. Dessa consideração, suscita a problemática abordada neste artigo: examinar o desenvolvimento da educação especial a partir da evolução histórica do processo de inclusão da pessoa com deficiência. Esta análise justifica-se diante do fato de que a educação especial vem adquirindo relevo e se apresentando cada vez mais como um processo de fundamental importância para a educação brasileira (CORDE, 1994). Nas últimas décadas, a inclusão vem ocorrendo de forma ampla e irrestrita, desencadeada por políticas públicas e respaldada por arcabouço legal que assegura a inclusão da pessoa com deficiência. Além de examinar o processo histórico de inclusão da pessoa com deficiência, este artigo teve por objetivo entender as diferentes concepções acerca da deficiência, desde os tempos remotos até os dias atuais, o que possibilitou entender o árduo e longo caminho percorrido até que fosse assegurado, aos deficientes, não obstante ressalvas, direitos outrora ignorados, dentre os quais, a educação especial.

Cabe destacar que tanto no Brasil quanto em outros países, a educação especial é um processo relativamente novo, pois, em outras épocas, a pessoa com deficiência não era considerada como alguém que possuía direitos iguais e que deveria ser incluída. Em outras sociedades, inclusive, realizou-se o extermínio desse grupo, tendo como exemplo mais recente e impactante, o período de vigência do nazismo na Europa. Assim, no Brasil, como em toda sociedade, as concepções sobre a deficiência eram bem diferentes do que conhecemos hoje. Analisando-se historicamente, a educação especial é uma preocupação bastante recente. Atualmente e cada vez mais as barreiras relacionadas à questão da deficiência estão sendo derrubadas. Tudo isso decorre das mudanças da sociedade nas últimas décadas. Mudanças essas responsáveis por grandes avanços na educação especial.

Objetivando examinar o desenvolvimento da educação especial a partir da evolução histórica do processo de inclusão da pessoa com deficiência, o presente artigo adotou uma abordagem metodológica pautada em ampla pesquisa bibliográfica, aos diversos autores que tratam da temática da educação especial e da inclusão da pessoa com deficiência. Assim procedendo, a pesquisa bibliográfica, que consistiu na leitura das obras e artigos cita-



dos nas Referências, proporcionou a obtenção de informações qualitativas que possibilitaram estruturar o artigo, em conformidade com os fundamentos da metodologia científica.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Na Antiguidade, a preocupação da sociedade, ou melhor, do homem em si, relacionava-se àquilo que na época se considerava perfeição. Para eles, a beleza física e o porte atlético eram fundamentais. Portanto, os deficientes físicos ou mentais eram considerados imperfeitos, sendo vistos como outra raça. Pode-se dizer que, afinal, não havia nenhuma interação dos deficientes. Deficientes físicos e mentais eram relegados por toda a sociedade. Os maus tratos, o abandono e o extermínio eram frequentes, no princípio da Era Cristã, na Roma Antiga. Já na Grécia Antiga, as crianças que possuíam algum tipo de deficiência eram escondidas e até mesmo sacrificadas “em Esparta, nesse contexto, as crianças, ao nascerem doentes ou com alguma deficiência eram jogadas de um despenhadeiro” (XAVIER, 2016, p.88). Constata-se que na Grécia Antiga havia uma supervalorização do corpo belo e forte, pois favorecia a luta nas guerras. Por isso, as crianças que apresentassem má formação ou alguma doença eram eliminadas ou abandonadas.

No entanto, alguns autores ressaltam que havia outro tipo de atitude em relação às deficiências decorrentes das lutas e ferimentos nas batalhas. Assim, “aquele que não correspondesse ao ideal estético era marginalizado e até mesmo eliminado, entretanto, guerreiros mutilados em batalhas eram protegidos pelo Estado” (SCHEWINSKY, 2004, p. 10). O autor permite vislumbrar que na Grécia Antiga existia uma atitude diferenciada em relação às deficiências resultantes dos ferimentos em guerra. Para esses casos, o Estado era assistencialista e protecionista, algo como uma contrapartida indenizatória para o guerreiro que havia arriscado sua vida e sacrificado seu corpo pelos interesses das cidades-estado. Esse tipo de situação demonstra que não existia uniformidade nas atitudes dos governos e sociedades em relação à pessoa com deficiência, variando conforme o contexto histórico abordado (PACHECO; ALVES, 2007, p.243).

Com o surgimento do Cristianismo, a percepção em relação ao ser humano alterou-se para um indivíduo racional, fruto da criação e expressão de Deus. Com isso, as pessoas com deficiência passaram a ser percebidas como merecedoras de cuidados e atenção especial. Como resultado desse processo, a pessoa com deficiência – mesmo não desempe-



nhando função produtiva para a sociedade, tanto na economia ou nas guerras – passou a usufruir o *status* de humano, um ser que possuía alma. Em decorrência dessa mudança de paradigma, ações de extermínio ou eliminação das pessoas com deficiência tornaram-se inaceitáveis. Além disso, essas pessoas passaram a ter sua sobrevivência assegurada pela família e pela igreja, mesmo que esses cuidados ainda não garantissem a integração do deficiente nessas instituições ou na sociedade de forma mais ampla (ARANHA, 1995, p. 34). A partir desse momento, surgiram abrigos para as pessoas desprotegidas e doentes, porém, o respeito à sua dignidade e à integração eram muito limitados, mantendo-os marginalizados.

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998), na Idade Média os deficientes, muitas vezes chamados de loucos ou alucinados, começaram a escapar do abandono, passando a ser acolhidos em conventos ou até mesmo em igrejas. Nesse período, todos acreditavam em dicotomias como bem e mal, deus e diabo, céu e inferno, o que levava as pessoas a pensar que os deficientes eram maus espíritos, possuídos pelo demônio e que precisavam ser expulsos, provocando maus tratos e atitudes perversas em desfavor deles. Finalmente, São Tomás de Aquino, passou a considerar a deficiência como um fenômeno natural na espécie humana. Esse fato suscitou atitudes tais como compaixão e piedade. Surgiram assim as ações sociais, religiosas e caritativas, que promoveram cuidados em hospitais e abrigos.

Do ponto de vista da economia, a Idade Média não gerou grandes alterações em relação à Antiguidade, o sistema produtivo permaneceu semelhante, fundamentado em atividades relacionadas à pecuária, artesanato e agricultura. O trabalho era responsabilidade dos servos, tanto na produção de bens e serviços, como na formação de exércitos. Embora considerados seres com alma, o que oferecia proteção contra o sacrifício ou abandono, as pessoas com deficiência permaneciam à margem da sociedade, sem amparo dos governantes, necessitando da caridade humana para sobreviver (ARANHA, 1995). Nesse período, sucederam importantes processos históricos, entre eles, a Reforma Protestante, uma ruptura de setores da Igreja, indignados com o descompasso entre o que a instituição pregava e a vida de luxo e luxúria que parte do clero usufruía.

A humanização da igreja poderia ter gerado – além das mudanças que de fato promoveu – uma alteração na postura da sociedade e da própria igreja em relação às pessoas com



deficiência. Não foi o que ocorreu. Segundo Martinho Lutero, líder do processo que cindiu a Igreja Católica, “o homem é o próprio mal quando lhe faleça a razão ou lhe falte a graça celeste a iluminar-lhe o intelecto, assim, dementes e amentes são, em essência, seres diabólicos” (LUTERO, MARTINHO *apud*, PESSOTI, 1984, p.12). Desse modo, a pessoa com deficiência era considerada um ser pecador, condenado por Deus. Em decorrência dessa concepção, as atitudes recomendadas em relação às pessoas com deficiência era o castigo, por meio do aprisionamento e açoitamento, para expulsão do demônio. Novamente constatada-se que a percepção das sociedades em relação à pessoa com deficiência não se alterou de forma linear. Conquanto o Cristianismo tenha alterado a percepção das sociedades em relação a elas, o fato de não serem mais exterminadas não proporcionou uma aceitação ou tentativa de inclusão desses indivíduos, pelo contrário, em certos contextos permaneceram vistos como indesejáveis e sofriam suplícios terríveis, mesmo por parte daqueles que tinham concepções de mundo vanguardistas para sua época.

Pode-se perceber que, enquanto na Antiguidade a pessoa com deficiência nem sequer era considerada um ser humano, no período medieval esta concepção passou a possuir um caráter metafísico, pautado pela religião, sendo aqueles indivíduos ora considerados demoníacos, ora possuídos pelo demônio e, em outras circunstâncias, “expiador de culpas alheias, ou um aplacador da cólera divina a receber, em lugar da aldeia, a vingança celeste, como um para-raios” (PESSOTI, 1984, p.56). Com o advento da Idade Moderna e o surgimento do método científico, iniciaram os estudos em várias áreas como, por exemplo, as concepções sobre a deficiência. A ciência então começava a buscar explicações e considerava a deficiência humana oriunda de caráter hereditário ou do resultado de males físicos e mentais. Em decorrência desse processo, começaram a surgir novas ideias quanto à sua origem, que passou a ser interpretada não mais como uma maldição divina ou ação do demônio, mas como um infortúnio natural. A ideia de que as deficiências provinham de um problema biológico, médico, favoreceu a construção de uma visão científica do problema. A partir dessa nova interpretação, as deficiências passaram a ser tratadas por meio da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da incipiente medicina. Paracelso e Cardano (médicos e alquimistas) foram os precursores da interpretação da deficiência a partir de uma perspectiva científica, especificamente da medicina, delimitando a separação entre a visão teológica/moral e a científica (AMARAL, 1995, p.12).



O primeiro hospital psiquiátrico surgiu naquela época. A partir de então, esse tipo de instituição desenvolveu-se de forma ampla, porém, assim como os asilos e conventos, consistiam em lugares de confinamento, em detrimento do tratamento. Em última instância, tais instituições eram muito semelhantes às prisões (AMARAL, 1995).

Naquela fase, novas ideias se desenvolveram de forma concomitante em diferentes áreas do conhecimento, especialmente na medicina, na filosofia e na educação. Também teve continuidade o fortalecimento da visão organicista, que cada vez mais buscava a identificação de causas ambientais para a deficiência. Paulatinamente, fortaleceu-se a concepção de que seria possível educar a pessoa com deficiência mental. A postura da sociedade passou por uma ampla diversificação, gerando iniciativas de institucionalização, de tratamento médico e de desenvolvimento de estratégias de ensino voltadas para a pessoa com deficiência (AMARAL, 1995). Naquele contexto, a deficiência mental permanecia no rol dos males considerados hereditários e incuráveis e, por isso, a maioria das pessoas com essa condição eram trancafiadas em hospícios, albergues, asilos ou cadeias locais. As pessoas com deficiência física eram mantidas sob responsabilidade de suas famílias ou, então, internadas em asilos (ARANHA, 2001). Essa situação começou a se alterar a partir início do XIX:

Em meados de 1800, Guggenbuhl abriu uma instituição para o cuidado e tratamento residenciais de pessoas com deficiência mental, em Abendberg, Suíça. Os resultados de seu trabalho chamaram a atenção para a necessidade de uma reforma significativa no sistema, então vigente, da simples internação em prisões e abrigos. Embora tenha deteriorado posteriormente, este foi o projeto que deu origem à ideia e à prática do cuidado institucional para pessoas com deficiência mental, inclusive no continente americano. Da mesma forma que na Suíça, entretanto, de instituições para tratamento e educação, elas logo mudaram para instituições asilares e de custódia, ambientes segregados, denominados Instituições Totais, constituindo o primeiro paradigma formal adotado na caracterização da relação sociedade – deficiência: o Paradigma da Institucionalização (ARANHA, 2001, p.168).

Essa fase ficou marcada pela transferência das pessoas com deficiência de suas comunidades para instituições situadas nas localidades onde residiam, ou para escolas especiais, com o distanciamento de suas famílias. A lógica segregacionista foi mantida. Na maioria das vezes, as instituições localizam-se à longa distância das comunidades de origem das pessoas com deficiências, que poderiam não retornar ao núcleo familiar. Por razões



diversas, dentre as quais proteção, tratamento ou orientação educacional, as pessoas com deficiência eram mantidas isoladas da sociedade.

Com o advento da Idade Contemporânea, as atitudes para com as pessoas deficientes se modificaram, pois as instituições principiaram a se preocupar com a escolaridade. Porém, a perspectiva de integração não aconteceu nessa etapa. A sociedade moderna ainda iria manter por muito tempo essa prática segregadora, separando ou isolando aqueles que de uma forma ou de outra não correspondiam ao modelo idealizado. Como consequência, esses indivíduos foram sendo excluídos dos mais diferentes espaços sociais (PACHECO; ALVES, 2007). As denominadas instituições totais existiam desde o século XVI, mas não passaram por um exame crítico até a década de 1960, quando foi publicada a obra *Asylums*, de Erving Goffman. O estudo analisou os “Manicômios, prisões e conventos” e se tornou um estudo clássico sobre essas instituições e seu impacto sobre a vida das pessoas com deficiência. Para o autor, a instituição Total era “um lugar de residência e de trabalho, onde um grande número de pessoas, excluídos da sociedade mais ampla por um longo período de tempo, levam juntas uma vida enclausurada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1962, p.13).

A partir do estudo supracitado, inúmeras obras passaram a analisar criticamente o processo de institucionalização, concluindo que esse modo de vida afastava profundamente a pessoa com deficiência da sociedade, associando-a à vida institucional, resultando na configuração de um estilo de vida que dificilmente poderia ser revertido. O sistema de institucionalização passou a ser duramente criticado, pois consistia em uma prática inadequada e ineficiente e não conseguia atender ao objetivo de recuperar as pessoas para a vida em sociedade, ao contrário, afastava-as ainda mais e dificultava sua inclusão (ARANHA, 2001). A partir desse contexto, avigorou a luta pelo processo de desinstitucionalização, ou seja, a tentativa de evitar que as pessoas com deficiência permanecessem trancafiadas nessas instituições, afastadas do convívio social e que, ao contrário, pudessem, de fato, ser integradas à sociedade. Esse processo teve como base a ideologia da normalização, que propunha a premente necessidade de introduzir a pessoa com deficiência no âmbito do convívio social, permitindo que adquirisse as condições necessárias para uma vida de inclusão na sociedade (ARANHA, 2001).



Os grupos sociais privilegiados, os “inteligentes e capazes”, mantinham melhores condições de vida, e frequentavam as escolas, sendo assim, as pessoas com deficiência eram excluídas, pois eram consideradas incapazes de frequentar uma escola ou a sociedade. Em meados do século XX, aconteceram importantes movimentos que procuraram alterar essa lógica. Estes provocaram iniciativas em torno da integração da pessoa com deficiência à sociedade. A proposta de integração objetivava assegurar aos deficientes o acesso às oportunidades sociais, profissionais e educacionais, preparando-os assim para conviver em sociedade (CORDE, 1994).

Cabe destacar que a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, teve grande influência sobre o desenvolvimento desse novo paradigma. Esse processo começa a se vigorizar na década de 1970, especialmente na Suécia e na Dinamarca, onde surgem movimentos que produzem uma nova filosofia voltada para a educação especial. Na educação, essa busca traduz-se na “igualdade de oportunidades” e na “educação para todos”. Outro evento de fundamental relevância para o desenvolvimento do processo de inclusão da pessoa com deficiência, em nível global, ocorreu em 1990, na Conferência Mundial de Educação Para Todos, quando foi reafirmada a garantia dos direitos fundamentais na área de educação, independentemente das particularidades de cada criança atendida. Quatro anos mais tarde, outro acontecimento de grande importância para a consolidação da educação especial, ocorreu em Salamanca, na Espanha, entre os dias de 07 a 10 de junho de 1994, onde estiveram presentes mais de 300 representantes de 90 países e 25 organizações internacionais, os quais ratificaram a promoção da educação para todos como objetivo principal de suas nações e organizações. A definição universalizada para a pessoa com deficiência – apesar das alterações terminológicas – favoreceu o processo de inclusão:

(...) refere-se à todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves (CORDE, 1994, pg. 17-8).

Esse longo processo de luta pelos direitos da pessoa com deficiência impactou também sobre a sociedade brasileira.



O BRASIL E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No Brasil, o processo de inclusão das pessoas com deficiência iniciou-se no século XIX, com a organização de serviços para cegos, surdos, deficientes físicos e mentais. Tais iniciativas eram isoladas e eram provenientes da boa vontade de educadores pelo atendimento educacional. Foi apenas no início da década de 1970, que a inclusão atingiu a educação das pessoas com deficiência (MAZZOTA, 1996). A história da educação especial no Brasil pode ser dividida em três períodos: (i) de 1854 a 1956, época em que ocorreram iniciativas oficiais e particulares isoladas; (ii) de 1957 a 1993, quando surgiram as iniciativas oficiais de âmbito nacional; (iii) a partir de 1993, com o início de uma nova fase, caracterizada pelos movimentos em favor da inclusão escolar (MAZZOTA, 1996). O atendimento escolar aos portadores de deficiência inicia-se no Brasil em 12 de setembro de 1854, e foi concretizada por Dom Pedro II, que fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Segundo Mazzota:

A fundação do Imperial Instituto deveu-se, em grande parte, a um cego brasileiro, José Alves de Azevedo, que estudara no Instituto dos Jovens Cegos de Paris [...] por ter obtido muito sucesso na educação, despertou o interesse do Ministro do Império (1996, pg. 28).

Em 1890, no governo republicano, o Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant assinaram o Decreto No. 408, mudando o nome do Imperial Instituto dos Meninos Cegos para Instituto Nacional dos Cegos. Mais tarde, em 1891, pelo Decreto No. 1320, a escola passou a se denominar IBC - Instituto Benjamin Constant (MAZZOTA, 1996). Após a criação do IBC, Dom Pedro II também fundou Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro. Anos mais tarde, o Instituto passou a ser chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). É importante salientar que, desde seu início, esta escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e para o ensino profissionalizante de meninos surdos, com idade entre 07 e 14 anos (MAZZOTA, 1996, p.12). As maiores instituições criadas ainda nos séculos XIX e XX foram as mais importantes no atendimento aos cegos e surdos, fato que se repete também no Brasil nos dias atuais (MAZZOTA, 1996).



Em meados de 1950, já havia 40 estabelecimentos de ensino regular que prestavam algum tipo de atendimento escolar a deficientes mentais, além de algumas escolas particulares e federais, que também atendiam crianças com algum tipo de deficiência. Dentre tais estabelecimentos, destacam-se o Colégio dos Santos Anjos, de ensino regular particular, localizado em Joinville – SC; a Escola Rodrigues Alves, fundada em 1909, no Rio de Janeiro, a qual atendia aos deficientes físicos e visuais; a Sociedade Pestalozzi, fundada em 1948, também no Rio de Janeiro, a qual atendia deficientes mentais; a Escola Estadual São Rafael, fundada em 1925, em Minas Gerais, especializada no ensino para cegos; a Escola Estadual Instituto Pestalozzi, fundada em 1935 na Bahia, especializada em deficientes auditivos e mentais; a Escola Municipal Heller Keller, fundado em 1951, que atendia deficientes auditivos, sendo estas de educação infantil e ensino fundamental. Além destas, muitas outras instituições colaboraram para a evolução da educação especial no Brasil (MAZZOTA, 1996).

No atendimento aos deficientes visuais, a instituição que mais se destacou no século XX foi o Instituto Benjamin Constant, que, em 1942, editou a primeira revista brasileira para cegos, e instalou uma impressora Braile, que permitiu a distribuição de livros para cegos. Outra instituição de destaque foi o Instituto de Cegos Padre Chico, fundada em 1928, em São Paulo, funcionando em regime de internato e semi-internato (MAZZOTA, 1996). No que tange ao atendimento aos deficientes auditivos, destaca-se o Instituto Santa Terezinha, fundado em 1929, por duas freiras, as quais haviam estado na França com o intuito de se especializar no ensino de crianças surdas. O Instituto foi transferido para São Paulo em 1933, e iniciou seu funcionamento em regime de internato, atendendo meninas com deficiência auditiva. Apenas em 1970, passou a funcionar também através do regime de externato para meninas e meninos, e iniciou a integração de surdos no ensino regular (MAZZOTA, 1996).

Ainda no início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o atendimento educacional aos deficientes foi se propagando em nível nacional, através de campanhas do governo federal voltadas para este fim. Desse modo, houve uma ampliação das entidades privadas preocupadas com o atendimento às pessoas com deficiência, além de um considerável aumento na quantidade de atendimentos realizados pela rede pública (MAZZOTA, 1996). Em 1954, foi criado o Instituto Educacional São Paulo, com o objetivo de ensinar crianças com



deficiência auditiva na faixa etária entre 05 e 07 anos. As três primeiras professoras eram mães de alunos e não possuíam especialização, apenas o curso normal. Neste início de século XXI, a escola é denominada Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC), considerada um dos mais importantes centros educacionais, especializado em ensino e pesquisa de áudio comunicação e fonoaudiologia para pessoas com deficiência (MAZZOTA, 1996). A primeira campanha para a educação dos surdos brasileiros, instalada no Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES), tinha por finalidade promover as medidas necessárias à educação e à assistência, em amplo sentido, aos surdos em território nacional. Alguns anos depois, a campanha foi desativada em função do encerramento das doações que compunham o orçamento (MAZZOTA, 1996).

A intenção de estabelecer e assegurar o atendimento pedagógico, em educação especial, materializou-se em 1972, por ocasião da formulação do I Plano Setorial da Educação. O governo elegeu a educação especial como área prioritária (MAZZOTA, 1996). Em decorrência desse plano, foi criado, em 1972, o Centro Nacional da Educação Especial (CENESP), com a finalidade de promover, em todo o território nacional, a expansão do atendimento às pessoas com deficiência. O CENESP, com a supervisão da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, detendo autonomia administrativa e financeira, transformou-se, alguns anos mais tarde, na Secretaria de Educação Especial (SESPE), que manteve as mesmas finalidades do CENESP (MAZZOTA, 1996).

Em 1989, o movimento de integração no Brasil teve um avanço bastante significativo, através da criação da Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), resultante da Lei No. 7.853, que estabeleceu os direitos da pessoa portadora de deficiência. Em 1992, essa Coordenadoria estabeleceu a Política Nacional de Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, norteando-se também por vários princípios, como a integração e a normalização. Apresentou como maiores obstáculos a dificuldade de integração e o preconceito, males sociais do Brasil (MAZZOTA, 1996). Finalmente, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, No. 9.394, que dedicou todo um capítulo à educação especial. A finalidade da LDB consistia em condenar o preconceito e efetivar o compromisso de uma ‘educação para todos’, afastando qualquer tipo de atuação discriminatória no ensino regular (MAZZOTA, 1996).



Ressalta-se que Santa Catarina foi considerada pioneira no processo de integração da pessoa com necessidades educativas especiais, pois, ainda na década de 1950, já implementara serviços de educação especial na rede regular de ensino. Na década de 1970, em Florianópolis, o Governo do Estado criou – através da Lei No. 4.156, de 08 de Maio de 1968 – a Fundação Catarinense da Educação Especial – FCEE, equiparando-se aos mais completos centros de educação especial da América Latina. A FCEE tem como missão definir, coordenar e executar a política de educação especial de Santa Catarina, desenvolvendo pesquisas tecnológicas e capacitação profissional, assegurando o direito à cidadania, sendo o órgão da administração indireta da Secretaria de Estado da Educação (SANTA CATARINA, 1998). Para a efetivação do processo de integração, a FCEE, mantém a seguinte estrutura de suporte: salas de recursos (deficientes auditivos, visuais, mentais, hiperativos); professores bilíngues, intérpretes e segundos professores (SANTA CATARINA, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes sociedades humanas se relacionaram de modo distinto com a deficiência. Inicialmente, as pessoas com deficiência eram percebidas como incapazes de contribuir para o bem comum das sociedades antigas, e, muitas vezes, eram alvo de extermínio. A ascensão do Cristianismo alterou essa percepção entre os povos ocidentais, contudo não impediu que as pessoas com deficiência ainda fossem vitimadas por suplícios e martírios. Com o desenvolvimento do pensamento racional e, especialmente, da medicina, buscou-se explicações alternativas para as origens das deficiências, para além de respostas religiosas que atribuíam essas condições ao sobrenatural. Conforme avançou o conhecimento científico, o ser humano passou a valorizar a vida dos indivíduos, medidas de proteção passaram a ser adotadas, especialmente em institutos, os quais, apesar de representarem um avanço, insistiam em segregar as pessoas com deficiência. Gradativamente, ocorreu o fortalecimento da noção de que todos os seres humanos possuem direitos básicos comuns, processo que promoveu a busca por alternativas para inclusão da pessoa com deficiência.

Ao longo desse caminho, também se alterou a maneira como a sociedade se relacionava com a deficiência. Em terras brasileiras, a criação de institutos ocorreu mais tardiamente, e trazia consigo a noção de que as pessoas com deficiência deveriam e poderiam aprender. Os avanços, embora lentos, se consolidaram por meio da LDB, de 1996, que re-



presentou a consolidação legal das políticas para inclusão da pessoa com deficiência. Porém, não haverá inclusão efetiva enquanto a sociedade, especialmente a brasileira, não for, de fato, inclusiva. É preciso que se construam estratégias e instâncias que permitam a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões. As pessoas com deficiência precisam ter, à sua disposição, todos os serviços e suportes necessários para que a inclusão de fato ocorra, visando a sua participação efetiva em todos os espaços da sociedade. Esta, por sua vez, precisa se reorganizar para assegurar o acesso imediato das pessoas com deficiência, por meio de provisões ou adaptações, tão urgentes e necessárias. Não basta haver igualdade de oportunidades se a pessoa com deficiência não tem acesso a tais oportunidades. Não haverá verdadeira inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não agir de modo inclusivo. E isto só será possível com a ampliação dos direitos e da democracia.



REFERÊNCIAS

AMARAL L. A. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe, 2004.

_____. **Do Olimpo ao mundo dos mortais**. São Paulo: Edemetec, 1994.

ARANHA, M.S.F. **Integração social do deficiente**: análise conceitual e metodológica. *Temas Psicol.* 1995;2:63-70.

_____. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, no. 21, março, 2001, pp. 160-173.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998.

_____. **Lei nº 7.853 de 24 de Outubro de 1989**. Dispõe sobre as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiências – CORDE- institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos destas pessoas, disciplina a atuação do Ministério da Saúde. Brasília: Senado Federal, 1989.

_____. Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de Dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Espaços da inclusão**. Boletim Salto para o Futuro, Brasília, abril de 2002.



BRITO, L. F. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CICCONE, M. **Comunicação total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CORDE. **Declaração de Salamanca e linhas de ação**. Brasília: Independência, 1994.

DORZIAT, A. **Metodologias específicas ao ensino de surdos**: análise crítica. Revista Integração, Brasília: MEC, p. 13-18, 1997. Editorial, 1995.

EIZIRIK, M. F. **Por que a diferença incomoda tanto?** Porto Alegre, 2000.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. (org.). **O Educador**: vida e morte. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LABORIT, E. **O voo da gaivota**. São Paulo: Best Seller, 1994.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

PACHECO, K.M.; ALVES, V.L.R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiatr.** 2007; 14(4): 242-248.

PESSOTI, I. **Deficiência Mental**: da Superstição à Ciência. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1984.

RABELO, A. S. Adaptação curricular na inclusão. **Revista Integração**, Brasília: Secretaria de Educação Especial do MEC, ano 9, n. 1, p. 21, 1999.



SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e médio: temas multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. **A inclusão do educando surdo no ensino regular**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE): Centro de Estudos ao Atendimento da Deficiência Sensorial, 2001.

SCHEWINSKY, S.R. A barbárie do preconceito contra o deficiente: todos somos vítimas. **Acta Fisiatr.** 2004; 11(1): 7-11.

SKLIAR, C. A Invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v. 24, n. 2, p. 16-31, jul/dez. 1999.

THOMA, A. da S. Os Surdos na escola regular: inclusão ou exclusão? **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul: UNIC, vol. 6, n. 2, jul/dez. 2000.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Cone, 1998.

XAVIER, A.R.R. História e Filosofia da Educação: da Paideia Grega ao pragmatismo romano. **Revista Dialectus**. Ano 3, n. 9 Setembro - Dezembro 2016 p. 81–99.